

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	15
5.4 - Programa de Integridade	17
5.5 - Alterações significativas	20
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	21

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	22
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	51
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	52
10.8 - Plano de Negócios	53
10.9 - Outros fatores com influência relevante	55

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2020 e reformada em 8 de abril de 2020 e sua aplicação é monitorada pela Diretoria Executiva da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem como objetivo principal estabelecer os princípios, as diretrizes e também as responsabilidades a serem observados pela Companhia em seu processo de gerenciamento dos riscos, de forma a possibilitar a correta identificação, avaliação, cadeia de prioridades de tratamento, o monitoramento constante e a eficaz comunicação dos riscos, visando sempre a perpetuidade dos negócios da Companhia.

O processo de gestão de riscos da Companhia se baseou nas determinações previstas: (i) no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de 3 de outubro de 2017; (ii) na Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017; (iii) na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009; (iv) nas Diretrizes do COSO - Gerenciamento de Riscos Corporativos – Integrado com Estratégia e Performance, editado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO); (v) no Estatuto Social da AMBIPAR; (vi) no Manual de Governança do Grupo AMBIPAR; e (vii) no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações. Os riscos são classificados pela política de gerenciamento de riscos da seguinte forma:

- Riscos Estratégicos: estão relacionados com possibilidade de ser implementada uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos;
- Riscos Financeiros:
 - Riscos Ligados ao Mercado: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças na política e comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities;
 - Riscos Ligados ao Crédito: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas resultantes da incerteza quanto aos recebimentos de valores contratados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos;
 - Riscos Ligados a Liquidez: são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade de realização de uma transação em tempo pactuado e perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descompasso entre os ativos e passivos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Riscos operacionais: são aqueles que decorrem da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos, ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia. Decorrem também de falhas na operacionalização e mensuração da manutenção das prestações de serviços ou operação de dimensionamento das necessidades confrontadas com custos e margens operacionais, impossibilidade de montagem de equipamentos, transporte e acondicionamento de máquinas para execução dos serviços contratados, estrutura inadequada da contratante para operacionalização dos serviços;
- Riscos Legais, Regulatórios e de Compliance: são aqueles riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas, inclusive ambientais. Incluem os riscos no âmbito de processos trabalhistas e de questões tributárias, de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção, entre outros;
- Riscos Políticos: são aqueles relacionados a mudanças políticas, crises globais e imprevistos econômicos;
- Riscos Tecnológicos: são os riscos de novas tecnologias entrantes que não sejam de domínio das empresas da Companhia e que podem de alguma forma ser assimiladas de forma mais rápida pelo mercado, trazendo desvantagens econômicas e ecológicas que impactem nos negócios atuais; e
- Riscos Socioambientais: são aqueles relacionados a riscos de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Em linha com as melhores práticas, o processo de gestão de Riscos é formado pelas seguintes etapas:

a) Disposição a risco e delimitação de limites de riscos aceitáveis

A disposição a riscos da Companhia está alinhada com a missão, a visão, os valores fundamentais e a estratégia adotada, refletindo os limites de riscos aceitáveis pela Companhia. Estes limites são propostos pelo documento elaborado pela Diretoria Executiva para o Planejamento, Controle e Riscos Corporativos ("PCRC"), recomendados pelos Comitês de Auditoria e de Conduta e aprovados pelo Conselho de Administração, e devem estar associados ao grau de exposição de riscos que a Companhia está disposta a aceitar para atingir seus objetivos estratégicos e criar valor para os acionistas.

b) Identificação de Riscos e Eventos

A identificação de riscos e eventos na Companhia ocorre de maneira estruturada, em linha com as estratégias de negócio do grupo, por meio de fontes internas e externas, descritas abaixo.

- Fontes internas: Periodicamente os principais executivos, os Proprietários de Risco, Colaboradores responsáveis pelas funções relacionada a Riscos e auditores internos serão entrevistados pelo Comitê de Conduta para identificação de tendências a novos riscos;
- Fontes externas: Periodicamente, serão consultados e/ou entrevistados os auditores externos, órgãos reguladores, o próprio mercado, governo, mídia e demais partes interessadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

c) Avaliação de Riscos

Os responsáveis diretos pela gestão dos riscos associados às suas operações, bem como pela execução dos controles e implementação de medidas corretivas para o devido tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta ("Proprietários do Risco"), com orientações do PCRC, devem identificar e avaliar os riscos em suas operações pelo seu impacto e probabilidade de ocorrência.

Verificado o risco, os Proprietários do Risco devem encaminhar reporte ao Comitê de Auditoria, que avaliará o risco utilizando-se de metodologias de mensuração quantitativa e/ou qualitativa.

Quanto ao impacto, os riscos serão classificados em quatro níveis - Baixo, Médio, Elevado e Extremo - considerando as seguintes definições:

- **Impacto quantitativo:** medido pelo impacto potencial em valores financeiros;
- **Impacto qualitativo:** medido pelo impacto potencial em reputação, operação e meio ambiente. Quanto à probabilidade, devem ser classificados segundo a seguinte escala: remota, possível, provável ou muito provável, envolvendo a análise das causas, frequência e fontes de risco.

GRAU DE IMPACTO	EXTREMO				RISCO Y
	ELEVADO	RISCO Z			
	MEDIO			RISCO X	
	BAIXO				
		REMOTA	POSSÍVEL	PROVÁVEL	MUITO PROVÁVEL
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA					

A definição do tratamento a ser dado aos riscos identificados baseia-se no seu grau de exposição (nível do risco) e natureza de risco. O grau de exposição será classificado como "Baixo", "Médio", "Elevado" ou "Extremo".

A probabilidade de ocorrência é definida de acordo com os tipos e características de riscos definidas no quadro abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

REMOTA	Risco de baixo impacto e frequência, dispensando monitoramento constante
POSSÍVEL	Riscos de menor criticidade dado o menor nível de impacto do negócio. Foca-se em definir níveis aceitáveis de perda por evento e limites de competência. Contrato de seguros contra tais riscos.
PROVÁVEL	Riscos esporádicos de baixa frequência e alto impacto. Demandam monitoramento constante e plano de contingência para mitigar danos em caso de ocorrência.
MUITO PROVÁVEL	Riscos inaceitáveis que demandam ação gerencial prioritária para eliminar componentes de risco e reduzir severidade ou frequência.

d) Priorização e tratamento

Após a avaliação dos riscos, é possível compará-los de maneira relativa quanto aos níveis de impacto e probabilidade atribuídos e priorizar seus planos de ação. O tratamento dos riscos envolve a escolha de uma das alternativas listadas abaixo:

- Eliminar o risco;
- Diminuir o risco;
- Transferir o risco; e
- Aceitar o risco.

e) Monitoramento

O PCRC deve acompanhar continuamente e documentar o desempenho dos indicadores de riscos, bem como os seus limites, e supervisionar a implementação e manutenção dos planos de ação através de gestão contínua e avaliações internas ou externas independentes, quando aplicável. Os riscos priorizados serão discutidos, acompanhados e divulgados bimestralmente pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Conduta e pelo Conselho de Administração.

f) Comunicação e consulta

Os processos de comunicação e consulta devem permear todo o grupo AMBIPAR e visam compartilhar e fornecer informações para o gerenciamento contínuo de riscos, a exemplo da matriz de riscos, que é a ferramenta utilizada pela Companhia para apresentar visualmente os resultados do processo de avaliação de riscos de maneira significativa e concisa.

O principal instrumento utilizado no processo de Gerenciamento de Riscos é a "Matriz de Risco" ou *heat map*, ferramenta por meio da qual se busca indicar graficamente, os riscos conforme seu grau de impacto, quantitativo e qualitativo, e probabilidade de ocorrência. Com base no monitoramento da Matriz de Risco, são implementados procedimentos internos de gerenciamento de riscos, com o intuito de minimizar os seus efeitos e assegurar o cumprimento de nossos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A fim de identificar, avaliar, monitorar e responder aos riscos aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar a sua materialização, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- O **Conselho de Administração**, responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos;
 - ii. Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, que prevê detalhadamente as funções do comitê, bem como seus procedimentos operacionais;
 - iii. Aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia;
 - iv. Aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna;
 - v. Monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta, com apoio dos Comitês de Auditoria e de Conduta;
 - vi. Aprovar o nível de Disposição a Risco da Companhia na condução de seus negócios;
 - vii. Acompanhar e policiar o cumprimento dos parâmetros de riscos definidos na Política de Gerenciamento de Riscos; e
 - viii. Conscientizar e cobrar os gestores sobre a importância da Gestão de Riscos e as responsabilidades inerentes aos Administradores e Colaboradores da Companhia.
- A **Diretoria Executiva**, tem sob sua responsabilidade também o PCRC e objetiva dentro da gestão de riscos corporativos:
 - i. Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos;
 - ii. Aprovar normas, grau de disposição a riscos específicos propostos pela PCRC;
 - iii. Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (identificar, avaliar e tratar);
 - iv. Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano de ação;
 - v. Informar à área de Gestão de Riscos Corporativos e ao Comitê de Auditoria sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções;
 - vi. Atuar como responsável pelo gerenciamento de riscos corporativos, incluindo sua avaliação, consolidação e priorização dos planos de ação, aplicando medidas corretivas e punitivas quando necessário;
 - vii. Propor ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria, as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a risco da Companhia;
 - viii. Exercer papel consultivo junto aos Proprietários dos Riscos, apoiando-os na identificação e tratamento;
 - ix. Ser responsável final pelo gerenciamento de riscos da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- x. Definir as diretrizes e assegurar recursos materiais que garantam o bom funcionamento e a eficácia do gerenciamento de riscos;
 - xi. Integrar as atividades de gerenciamento de riscos com os ciclos de planejamento e a gestão da Companhia;
 - xii. Desenvolver e disponibilizar as ferramentas e metodologias existentes, sistemas legados, infraestrutura e governança necessárias para dar o suporte esperado a gestão do gerenciamento de Riscos;
 - xiii. Monitorar todos os eventos ligados a riscos relevantes e avaliar os respectivos desvios em relação a disposição dos riscos pré-existentes, estabelecidos e aprovados; e
 - xiv. Reportar os riscos de seu conhecimento classificados como críticos e respectivas exposições para o Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria.
- O **Comitê de Auditoria**, vinculado ao Conselho de Administração possui autonomia operacional e orçamentária e regulamento interno próprio, aprovado em 17 de fevereiro de 2020 pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, incluindo as relacionadas a:
 - Demonstrações financeiras;
 - Implementação do programa de compliance;
 - Transações com partes relacionadas e demais operações financeiras relevantes; e
 - Auditoria interna.
 - ii. Opinar na contratação e destituição de auditoria independente;
 - iii. Opinar e avaliar, sugerindo ao Conselho de Administração, melhorias aplicáveis a políticas e controles internos que representem melhoria de governança corporativa;
 - iv. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
 - v. Elaborar relatório anual resumido a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
 - vi. Avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

Ainda, o Comitê de Auditoria possui as seguintes atribuições específicas referente aos **riscos**:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- i. Recomendar ao Conselho de Administração as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a riscos da Companhia;
- ii. Avaliar, monitorar e recomendar à Alta Administração a correção ou aprimoramento da Política de Gerenciamento de Riscos, incluindo as responsabilidades da administração e os processos de identificação, avaliação e tratamento dos riscos;
- iii. Assegurar que a Política de Gerenciamento de Riscos e a estratégia de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia reflitam a sua visão;
- iv. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, a adequação dos planos de mitigação e a eficácia dos controles internos, eventualmente propondo alterações;
- v. Revisar a eficácia dos processos de controle, especialmente em áreas com alto potencial de risco;
- vi. Receber e tratar as informações relacionadas às denúncias de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, bem como de regulamentos e códigos internos;
- vii. Monitorar os eventuais problemas identificados, informando o Conselho de Administração e Diretoria Executiva e acompanhando a implementação da solução identificada;
- viii. Monitorar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao gerenciamento de riscos da Companhia;
- ix. Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade, identificando questões críticas que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem da Companhia e no resultado de curto, médio e longo prazos.

Referente aos **resultados e finanças**, o Comitê de Auditoria é responsável por acompanhar e informar ao Conselho de Administração sobre questões financeiras chave relacionadas à análise de risco financeiro e de mercado, tais como: exposições ao câmbio; aval em operações; nível de alavancagem; política de dividendos; emissão de ações e de títulos da dívida e investimentos;

Em se tratando de **novos negócios**, o Comitê de Auditoria possui a atribuição de monitorar os riscos relacionados às novas oportunidades de negócios da Companhia.

- Cabe ao **Proprietário do Risco (risk owner)**, dentre outras atribuições:
 - i. Identificar, avaliar e encaminhar os eventos de risco em suas operações que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e de compliance da Companhia;
 - ii. Avaliar as alterações nos ambientes externos e internos e verificar o impacto nos riscos sob sua responsabilidade, e avaliar a necessidade de planos de ação para garantir seu tratamento;
 - iii. Reportar ao Comitê de Auditoria todos os eventos de riscos identificados em suas operações;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- iv. Buscar aconselhamento da Diretoria Executiva e/ou do Comitê de Auditoria sobre controles de riscos corporativos, sempre que identificar novos riscos ou qualquer alteração nos riscos já reportados;
 - v. Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e defectivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
 - vi. Propor e implantar os planos de ação para endereçamento dos apontamentos;
 - vii. Participar de reuniões, quando convocado, para reporte de eventos de risco, dos respectivos desvios em relação a disposição de risco estabelecido e aprovado, bem como dos respectivos planos de ação.
- Cabe à **Auditoria Interna**, dentre outras atribuições:
 - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;
 - ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança;
 - iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
 - iv. Reportar as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria;
 - v. Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente;
 - vi. Supervisionar programas de treinamento e conscientização de riscos; e
 - vii. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria realiza a avaliação da efetividade do modelo de gestão de riscos e a supervisão das atividades relativas ao processo de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia, e faz suas recomendações de soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

As pessoas envolvidas em cada área possuem competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos. Ainda, a área de Auditoria Interna aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade de sua Política de Gerenciamento de Riscos, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas.

O Conselho de Administração da Companhia declara que a área de Auditoria Interna da Companhia possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2020 e reformada em 8 de abril de 2020 e sua aplicação é monitorada pela Diretoria Executiva da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo principal estabelecer os princípios, as diretrizes e também as responsabilidades a serem observados pela AMBIPAR no processo de gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, de forma que possibilitem a correta identificação, avaliação, cadeia de prioridades de tratamento, o monitoramento constante e a eficaz comunicação dos riscos, visando sempre a perpetuidade dos negócios da Companhia.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, os riscos ligados ao mercado são aqueles que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças na política e comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços da commodities.

Conforme descrito no item 4.2, a Companhia busca proteção, especialmente, para os riscos:

- (a) de taxa de juros, o qual decorre da parcela da dívida referenciada à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia e suas controladas está atrelada às taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.
- (b) de taxa de câmbio, o qual decorre da contratação de empréstimo em dólar, na qual há a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que reduzem os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os ativos aos mesmos índices dos seus passivos, estratégia conhecida como hedge natural. A operação de hedge da Companhia tem como objetivo proteger fluxos de caixas referenciados em dólares americanos advindo do empréstimo em moeda estrangeira, uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local.

A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza, atualmente, swap cambial para proteção patrimonial de seus contratos em moeda estrangeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A administração de riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia em confrontação com as taxas vigentes no mercado.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A fim de identificar, avaliar, monitorar e responder aos riscos aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar a sua materialização, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- O **Conselho de Administração**, responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos;
 - ii. Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta da Companhia, que prevê detalhadamente as funções do comitê, bem como seus procedimentos operacionais;
 - iii. Aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta da Companhia;
 - iv. Aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna;
 - v. Avaliar periodicamente a eficiência da estrutura e o orçamento da Auditoria Interna;
 - vi. Monitorar os Riscos aos quais a Companhia está exposta, com apoio do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta;
 - vii. Aprovar o nível de disposição a risco da Companhia na condução de seus negócios;
 - viii. Acompanhar e policiar o cumprimento dos parâmetros de riscos definidos na Política de Gerenciamento de Riscos; e
 - ix. Conscientizar e cobrar os gestores sobre a importância da Gestão de Riscos e as responsabilidades inerentes aos Administradores e Colaboradores da Companhia.
- A **Diretoria Executiva**, tem sob sua responsabilidade também o PCRC e objetiva dentro da gestão de riscos corporativos:
 - xv. Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos;
 - xvi. Aprovar normas, grau de disposição a riscos específicos propostos pela PCRC;
 - xvii. Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (identificar, avaliar e tratar);
 - xviii. Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano de ação;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- xix. Informar ao Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções;
 - xx. Atuar como responsável pelo gerenciamento de riscos corporativos, incluindo sua avaliação, consolidação e priorização dos planos de ação, aplicando medidas corretivas e punitivas quando necessário;
 - xxi. Propor ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria e do Comitê de Conduta, as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a risco da Companhia;
 - xxii. Exercer papel consultivo junto aos Proprietários dos Riscos, apoiando-os na identificação e tratamento;
 - xxiii. Ser responsável final pelo gerenciamento de riscos da Companhia;
 - xxiv. Definir as diretrizes e assegurar recursos materiais que garantam o bom funcionamento e a eficácia do gerenciamento de riscos;
 - xxv. Integrar as atividades de gerenciamento de riscos com os ciclos de planejamento e a gestão da Companhia;
 - xxvi. Desenvolver e disponibilizar as ferramentas e metodologias existentes, sistemas legados, infraestrutura e governança necessárias para dar o suporte esperado a gestão do gerenciamento de Riscos;
 - xxvii. Monitorar todos os eventos ligados a riscos relevantes e avaliar os respectivos desvios em relação a disposição dos riscos pré-existentes, estabelecidos e aprovados; e
 - xxviii. Reportar os riscos de seu conhecimento classificados como críticos e respectivas exposições para o Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Auditoria.
- O **Comitê de Auditoria**, vinculado ao Conselho de Administração possui autonomia operacional e orçamentária e regulamento interno próprio, aprovado em 17 de fevereiro de 2020 pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é responsável por, dentre outras atribuições:
 - i. Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, incluindo as relacionadas a:
 - Demonstrações financeiras;
 - Implementação do programa de compliance;
 - Transações com partes relacionadas e demais operações financeiras relevantes; e
 - Auditoria interna.
 - ii. Opinar na contratação e destituição de auditoria independente;
 - iii. Opinar e avaliar, sugerindo ao Conselho de Administração, melhorias aplicáveis a políticas e controles internos que representem melhoria de governança corporativa;
 - iv. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- v. Elaborar relatório anual resumido a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
 - vi. Avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;
- Ainda, o Comitê de Auditoria possui as seguintes atribuições específicas referente aos **riscos**:
- x. Recomendar ao Conselho de Administração as edições da Política de Gerenciamento de Riscos e o nível de disposição a riscos da Companhia;
 - xi. Avaliar, monitorar e recomendar à Alta Administração a correção ou aprimoramento da Política de Gerenciamento de Riscos, incluindo as responsabilidades da administração e os processos de identificação, avaliação e tratamento dos riscos;
 - xii. Assegurar que a Política de Gerenciamento de Riscos e a estratégia de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia reflitam a sua visão;
 - xiii. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, a adequação dos planos de mitigação e a eficácia dos controles internos, eventualmente propondo alterações;
 - xiv. Revisar a eficácia dos processos de controle, especialmente em áreas com alto potencial de risco;
 - xv. Receber e tratar as informações relacionadas às denúncias de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, bem como de regulamentos e códigos internos;
 - xvi. Monitorar os eventuais problemas identificados, informando o Conselho de Administração e Diretoria Executiva e acompanhando a implementação da solução identificada;
 - xvii. Monitorar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao gerenciamento de riscos da Companhia;
 - xviii. Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade, identificando questões críticas que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem da Companhia e no resultado de curto, médio e longo prazos.

Referente aos **resultados e finanças**, o Comitê de Auditoria é responsável por acompanhar e informar ao Conselho de Administração sobre questões financeiras chave relacionadas à análise de risco financeiro e de mercado, tais como: exposições ao câmbio; aval em operações; nível de alavancagem; política de dividendos; emissão de ações e de títulos da dívida e investimentos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em se tratando de **novos negócios**, o Comitê de Auditoria possui a atribuição de monitorar os riscos relacionados às novas oportunidades de negócios da Companhia.

- Cabe ao **Proprietário do Risco (risk owner)**, dentre outras atribuições:
 - i. Identificar, avaliar e encaminhar os eventos de risco em suas operações que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e de compliance da Companhia;
 - ii. Avaliar as alterações nos ambientes externos e internos e verificar o impacto nos riscos sob sua responsabilidade, e avaliar a necessidade de planos de ação para garantir seu tratamento;
 - iii. Reportar ao Comitê de Auditoria todos os eventos de riscos identificados em suas operações;
 - iv. Buscar aconselhamento da Diretoria Executiva e/ou do Comitê de Auditoria sobre controles de riscos corporativos, sempre que identificar novos riscos ou qualquer alteração nos riscos já reportados;
 - v. Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e defectivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
 - vi. Propor e implantar os planos de ação para endereçamento dos apontamentos;
 - vii. Participar de reuniões, quando convocado, para reporte de eventos de risco, dos respectivos desvios em relação a disposição de risco estabelecido e aprovado, bem como dos respectivos planos de ação.
- Cabe à **Auditoria Interna**, dentre outras atribuições:
 - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;
 - ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança;
 - iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
 - iv. Reportar as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria;
 - v. Buscar melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente;
 - vi. Supervisionar programas de treinamento e conscientização de riscos; e
 - vii. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além das estruturas e atribuições descritas acima, a Companhia conta com a atuação de sua Diretoria Adjunta, que é responsável por executar as atividades relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia. A Diretoria Adjunta tem suas atribuições aprovadas pelo Diretor Presidente e não acumula atribuições operacionais, de modo a garantir sua independência e autonomia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Considerando o acima exposto, a Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada para verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As práticas de controles internos adotadas pela Companhia estão de acordo com a complexidade de seus negócios e atividades e visam garantir (i) o atendimento à legislação e regulamentos aplicáveis, em especial os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e (ii) a qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia.

Para tanto, a Companhia adota diretrizes a serem atendidas para assegurar a gestão e a disseminação dos seus controles internos, de modo a mitigar os riscos de perdas financeiras, desgaste da reputação institucional e cumprir com as regulamentações existentes.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a Companhia possui área de Auditoria Interna, que é responsável pela avaliação e controle interno da divulgação das informações financeiras com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. A área de Auditoria Interna é supervisionada pelo Comitê de Auditoria da Companhia, comitê de assessoramento cuja criação foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020.

As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Ademais, anualmente, os Auditores Independentes atuam na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras. Ainda, cumpre destacar que o Comitê de Auditoria acompanha as atividades da área de Auditoria Interna e dos Auditores Independentes.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia é assim segmentada:

- **Conselho de Administração:** dentre outras atribuições, é responsável por tomar as principais decisões com relação ao processo de gerenciamento dos controles internos da Companhia;
- **Diretoria Executiva:** dentre outras atribuições, é responsável por implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração no que diz respeito ao gerenciamento de riscos detectados através das atividades de controles internos;
- **Comitê de Auditoria:** dentre outras atribuições, é responsável por:
 - i. Acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna, reportando ao Conselho de Administração quando necessário;
 - ii. Avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos da Companhia; e
 - iii. Identificar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.
- **Auditoria Interna:** dentre outras atribuições, é responsável por:
 - i. Garantir a vigilância constante do ambiente de controles internos da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria, quando necessário;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- ii. Antecipar e planejar possíveis falhas, bem como manter uma margem prática e relevante de segurança;
- iii. Incentivar que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos;
- iv. Reportar as atividades de controles internos para o Comitê de Auditoria;
- v. Buscar melhorias no processo de controles internos continuamente;
- vi. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além das estruturas descritas acima, as atividades de controles internos da Companhia são executadas pela Diretoria Adjunta, responsável por gerir o bom funcionamento das estruturas e procedimentos envolvidos nos controles internos corporativos. Conforme mencionado no item 5.1.iii.b deste Formulário de Referência, a Diretoria Adjunta tem suas atribuições aprovadas pelo Diretor Presidente e não possui, entre suas atribuições, atividades operacionais, de modo a garantir sua independência e autonomia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de controles internos relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito no item 5.3.a deste Formulário de Referência.

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, que são realizados pela área de Auditoria Interna. Ademais, os auditores independentes fazem o levantamento e avaliação dos processos internos de elaboração das demonstrações financeiras, associado aos seus trabalhos de avaliação dos controles internos e realização de procedimentos analíticos e substantivos para emitir o seu parecer.

Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado do Auditor Independente não apontou deficiências materiais nos controles internos da Companhia e de suas controladas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, haja vista que não constaram deficiências significativas nos apontamentos feitos pelo Auditor Independente da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia tem a honestidade como cultura, atua em conformidade com todas as leis relacionadas aos seus negócios, e mantém um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. A Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas de seu Programa de Compliance em seu Código de Conduta & Compliance ("Código de Conduta") documento aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020 e reformado em 08 de abril de 2020, em consonância com o propósito e os valores da Companhia. O referido documento reúne um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

Ademais, o Comitê de Conduta é a instância interna responsável por desempenhar as funções de compliance da Companhia, contando com autonomia para tomar decisões e implementar as ações requeridas para o correto funcionamento do Programa de Compliance da Companhia, além de autoridade para propor mudanças e correções necessárias em qualquer regra, procedimento, norma ou política da Companhia.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- (i) Definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os funcionários, a saber, o Código de Conduta, documento aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020, que estabelece os valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Companhia relaciona. O documento dispõe, dentre outros assuntos, sobre: (i) princípios organizacionais; (ii) missão e valores; (iii) relação com o meio ambiente; (iv) ambiente de trabalho; (v) relacionamento com público externo; (vi) relacionamentos políticos; (vii) Comitê de Conduta; (viii) treinamentos; (ix) Canal de Ética; (x) consequências de violação; e (xi) medidas disciplinares.
- (ii) Treinamentos periódicos a todos os funcionários acerca das condutas, princípios e regras estabelecidos no Código de Conduta e demais normas e políticas do grupo AMBIPAR;
- (iii) Detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização do Canal de Ética da Companhia;
- (iv) Monitoramento contínuo dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade, sendo que a reavaliação dos riscos ocorre anualmente;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (v) Revisão periódica de suas políticas e procedimentos internos;
- (vi) Implementação de Comitê de Ética, responsável pela avaliação e resposta de questões de ética e integridade da Companhia e das demais empresas do grupo AMBIPAR; e
- (vii) Adoção de cláusulas anticorrupção em contratos firmados pela Companhia com terceiros e fornecedores.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Conduta, criado pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020, é responsável por definir e divulgar os valores e princípios éticos que orientam a conduta profissional da Companhia e de seus colaboradores. Cabe a este Comitê avaliar as ocorrências de violações dos princípios estabelecidos no Código de Conduta, determinar a ação corretiva mais adequada e reduzir a subjetividade de interpretações pessoais sobre os princípios que direcionam as atividades da Companhia.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e tem a atribuição de divulgar o conteúdo das políticas de integridade da Companhia, estimulando o respeito aos princípios éticos e os procedimentos de integridade.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, a Companhia possui o Código de Conduta.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código se aplica a todos os colaboradores, administradores, fornecedores, representantes, prestadores de serviços e parceiros comerciais da Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Periodicamente, a Companhia conduz treinamentos obrigatórios e outras iniciativas para a conscientização a todos os colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, ao menos uma vez por ano, princípios e regras estabelecidos no Código de Conduta e demais normas e políticas da Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A inobservância dos princípios e preceitos estabelecidos pelo Código de Conduta, às leis, normas e outras políticas da Companhia poderão ensejar as seguintes medidas disciplinares, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal decorrentes das disposições legais aplicáveis: (i) advertência oral e por

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho ou comercial (caso a violação tenha sido cometida por terceiro); e (iv) medidas legais relacionadas à ressarcimento dos danos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020. O Código de Conduta pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: canaldeetica@ambipar.com.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, a Companhia possui o Canal de Ética, disponível através do e-mail canaldeetica@ambipar.com.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética da Companhia é interno.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto aos colaboradores, fornecedores, clientes e terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se com a confidencialidade dos relatos recebidos.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração de denúncias é o Comitê de Conduta da Companhia, que analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo das denúncias recebidas.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia realiza auditorias legais focadas na identificação de possíveis riscos advindos da realização de tal operação, como, por exemplo, o envolvimento da empresa-alvo e de seus sócios em investigações, processos administrativos ou judiciais.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 - Alterações significativas**

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia estava exposta. Ademais, a Companhia aprovou em 17 de fevereiro de 2020, uma política de gerenciamento de riscos, em atendimento às regras do Novo Mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, conseqüentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

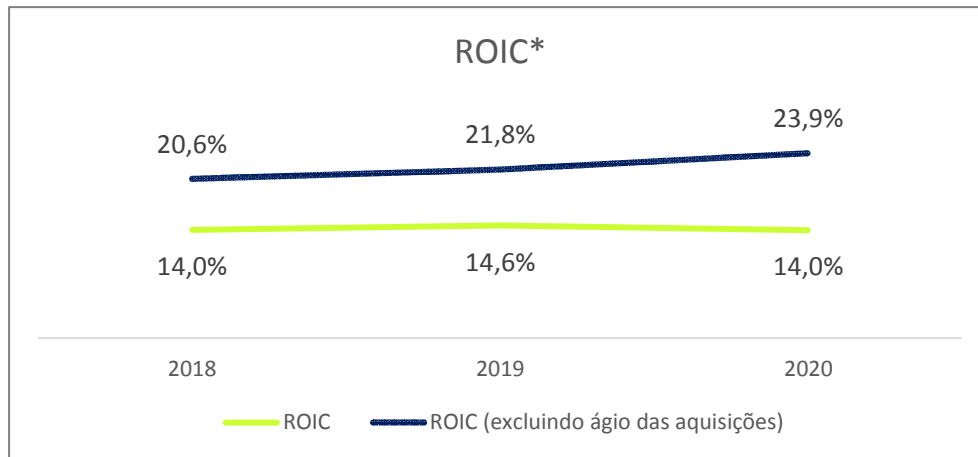
Oferecemos diversos produtos e serviços, além de oferecermos tecnologias de ponta e atuarmos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Elaboramos projetos específicos para cada cliente, visando à implementação de novas tecnologias e novos processos que permitam tratar e valorizar os resíduos em sua origem, devolvendo-os, sempre que possível, como matéria-prima à cadeia produtiva, seguindo o conceito da economia circular (isto é, ao reincorporar os resíduos aos processos produtivos, os clientes melhoram seus índices de sustentabilidade, poupando recursos financeiros e naturais importantes para a atual e as futuras gerações).

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O modelo de negócios da Companhia, sustentado por uma plataforma capaz de ofertar serviços integrados e complementares, permite que a Companhia consiga atingir taxas de crescimento e oferecer o retorno sobre o capital investido.

Principais Indicadores financeiros

Apresentamos abaixo gráfico contendo a evolução do ROIC, nosso principal indicador de rentabilidade nos três últimos exercícios sociais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

*Considera alíquota de 30% para Imposto de Renda para todos os anos.

Abaixo apresentamos uma tabela contendo informações de dívida e alavancagem dos três últimos exercícios sociais:

	Exercícios sociais encerrados em		
(em R\$ mil)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Dívida Bruta	207.136	320.682	201.110
(-) Caixa e equivalentes de caixa	591.608	77.639	21.834
Dívida Líquida	384.472	243.043	179.276
EBITDA ¹	197.552	131.972	101.858
Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA)	(1,95x)	1,84x	1,76x

¹ O EBITDA não é uma medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores informações sobre nossos cálculos de EBITDA, vide item 3.2(a) deste Formulário de Referência.

Maiores detalhes sobre a evolução do índice de alavancagem da Companhia estão descritas no item (b) abaixo.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a estrutura de capital da Companhia apresentou nos três últimos exercícios sociais uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (empréstimos e financiamentos)	207.136	320.682	201.110
Empréstimos e financiamentos – circulante	44.876	70.520	69.631
Debêntures – circulante	0	1.745	1.247
Empréstimos e financiamentos – não circulante	162.260	145.595	122.718

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures – não circulante	0	102.822	7.514
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.225.750	208.997	181.585
Capital empregado (terceiros + próprio)	1.432.886	529.679	382.695
Parcela de capital de terceiros	14,5%	60,5%	52,6%
Parcela de capital próprio	85,5%	39,5%	47,4%

O aumento de capital próprio e a redução do capital de terceiros da Companhia, de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020, é em decorrência do IPO (oferta inicial de ações) ocorrida em julho de 2020.

O total de capital de terceiros da Companhia aumentou de 2018 para 2019 em decorrência de: (i) emissão de debêntures ao final de 2019 com o objetivo do reperfilamento no perfil e prazo de dívidas da Companhia, bem como o capital de giro para as operações; e (ii) aumento dos empréstimos e financiamentos para financiar aquisição de frota e equipamentos especiais da Companhia, utilizados, substancialmente, nos contratos de prestação de serviços, em grandes indústrias, na gestão total de resíduos com foco na valorização. Isto é, a Companhia captou recursos de terceiros como forma de financiar a expansão de seus negócios. Por outro lado, o aumento no capital próprio no mesmo período se deve ao maior lucro líquido verificado no exercício de 2019.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos, conforme evolução dos indicadores na tabela abaixo. Para se assegurar disso, a Companhia utiliza dois índices de liquidez: (i) o índice de liquidez geral, que consiste no total do ativo, excluindo imobilizado e intangível, dividido pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante; e (ii) o índice de liquidez corrente, que consiste na divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Índice de Liquidez geral	2,14	0,65	0,70
Índice de Liquidez corrente	5,23	1,72	1,15

Ainda, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia e de suas subsidiárias foram: (i) fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de suas subsidiárias; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Tais financiamentos são utilizados pela

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia e por suas subsidiárias, principalmente, para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia e por suas subsidiárias são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Adicionalmente, entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020:

			Consolidado (em R\$ mil)			
Modalidade	Encargos financeiros (% a.a.)	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	8,86	Maio de 2027	7.080	19.611	47.718	81.508
Financiamento de investimento	10,43	Dezembro de 2025	37.006	141.771	18.720	62.233
Arrendamento mercantil financeiro	18,39	Novembro de 2022	790	878	4.082	1.854
			44.876	162.260	70.520	145.595

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia não possui contratos de financiamento com determinadas obrigações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia e a suas subsidiárias estavam nos últimos três exercícios sociais, em cumprimento com as suas obrigações contratuais decorrentes dos seus empréstimos, financiamentos e debêntures.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas referentes aos três últimos exercícios sociais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Por ser uma empresa de participações (holding), as movimentações da Companhia são, principalmente, decorrentes de investimentos, dividendos e de aplicações financeiras.

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2020 x 31/12/2019
Receita líquida	701.612	100,0%	484.385	100,0%	44,8%
Custos dos serviços prestados	(542.819)	-77,4%	(374.870)	-77,4%	44,8%
Lucro bruto	158.793	22,6%	109.515	22,6%	45,0%
Despesas gerais e administrativas	(31.151)	-4,4%	(26.099)	-5,4%	19,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.484	0,2%	1.221	0,3%	21,5%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	129.126	18,4%	84.637	17,5%	52,6%
Despesas financeiras	(69.217)	-9,9%	(42.204)	-8,7%	64,0%
Receitas financeiras	14.595	2,1%	2.185	0,5%	568,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	74.504	10,6%	44.621	9,2%	67,0%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(12.421)	-1,8%	(6.149)	-1,3%	102,0%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(12.560)	-1,8%	(3.004)	-0,6%	318,1%
Lucro líquido do período	49.523	7,1%	35.468	7,3%	39,6%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 701.611 mil comparativamente a R\$ 484.385 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 217.227 mil ou 44,8%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

- (i) *Environment*: crescimento de 30,5%, passando de R\$ 257.774 mil para R\$ 336.430 mil, devido, substancialmente, à celebração de novos contratos de gestão total de resíduos em plantas industriais, além do efeito das aquisições, com destaque para Supply, Verde Ghaia e Âmbito; e
- (ii) *Response*: crescimento de 61,1%, passando de R\$ 226.611 mil para R\$ 365.181 mil, devido ao aumento no Brasil de contratos fixos com clientes (aumento das mensalidades recebidas) e ao aumento do número de ocorrências; efeito das aquisições da Allied, One Stop e IntraCoastal; além do efeito do câmbio.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 542.819 mil, uma elevação de 44,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, terceiro, manutenção de máquinas, equipamentos e veículos e custos com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

materiais utilizados na prestação de serviços, devido à maior atividade de tais controladas e, consequentemente, maior custo e investimento.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 158.793 mil comparativamente a R\$ 109.515 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 50.278 mil ou 45,0%, em decorrência dos fatores descritos acima. Lucro bruto representou 22,6% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Despesas Gerais e Administrativas e Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (SG&A)

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R\$ 29.667 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparadas a R\$ 24.878 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 4.789 mil ou 19,2%, aumento, justificado, principalmente, pelo aumento da estrutura comercial, devido a criação de 7 regionais, ampliação da estrutura administrativa, além do aumento dos gastos com Companhia aberta, como por exemplo Conselho de Administração.

Resultado operacional antes do resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 129.126 mil comparativamente a R\$ 84.637 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 52,6%, devido aos fatores descritos acima.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$ 54.622 mil, comparativamente a uma despesa de R\$ 40.016 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 14.606 mil ou 36,5%. Resultado financeiro, líquido representou 7,8% e 8,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a melhoria da estrutura de capital devido ao recursos oriundos do IPO em julho de 2020.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 74.502 mil, comparativamente a R\$ 44.618 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 29.883 mil ou 67,0%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos nas linhas acima que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida, parcialmente impulsionado pela diluição do SG&A e resultado financeiro.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 24.981 mil, comparativamente a R\$ 9.153 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 15.828 mil. Esta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

variação é atribuída, substancialmente, ao maior lucro antes do imposto de renda, além do aumento da alíquota efetiva de imposto.

Lucro líquido do período

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 49.521 mil, comparativamente a R\$ 35.465 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 14.055 mil ou 39,6%. Lucro líquido do período representou 7,1% e 7,3% da receita líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Receita líquida	484.385	100,0%	384.516	100,0%	26,0%
Custos dos serviços prestados	(374.870)	-77,4%	(299.867)	-78,0%	25,0%
Lucro bruto	109.515	22,6%	84.649	22,0%	29,4%
Despesas gerais e administrativas	(26.099)	-5,4%	(26.285)	-6,8%	-0,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.221	0,3%	(259)	-0,1%	-588,4%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	84.637	17,5%	58.105	15,1%	45,7%
Despesas financeiras	(42.201)	-8,7%	(32.348)	-8,4%	30,5%
Receitas financeiras	2.185	0,5%	6.332	1,6%	-65,5%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	44.621	9,2%	32.089	8,3%	39,1%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(6.149)	-1,3%	(5.037)	-1,3%	22,1%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(3.004)	-0,6%	12.111	3,1%	-124,8%
Lucro líquido do exercício	35.468	7,3%	39.163	10,2%	-9,4%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 484.385 mil comparativamente a R\$ 384.516 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 99.869 mil ou 26,0%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

(iii) *Environment*: crescimento de 13,9% de 2018 para 2019, passando de R\$ 226.310 mil em 2018 para R\$ 257.774 mil em 2019, devido, substancialmente, à celebração de novos contratos de gestão de total de resíduos em plantas industriais, principalmente no segmento de alimentos e bebidas; e

(iv) *Response*: crescimento de 43,2% de 2018 para 2019, passando de R\$ 158.206 mil em 2018 para R\$ 226.611 mil em 2019 e devido ao aumento no número de contratos fixos com clientes, isto é, aumento de contratos celebrados com clientes e no número de ocorrências.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 374.870 mil, uma elevação de 25,0% em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, ao aumento dos custos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, manutenção e combustíveis, devido à maior atividade de tais controladas e, consequentemente, maior custo e investimento.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 109.515 mil comparativamente a R\$ 84.649 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 24.866 mil ou 29,4%. Lucro bruto representou 22,6% e 22,0% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia eram de R\$ 26.099 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas a R\$ 26.285 mil, mantendo-se, praticamente, estável entre os exercícios.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas da Companhia totalizaram R\$ 1.221 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a despesas operacionais, líquidas de R\$ 259 mil, representando uma variação de 588,4%, devido, principalmente, ao aumento das receitas não operacionais – isto é – não relacionadas ao segmento principal de atuação – das controladas da Companhia, como, por exemplo, descontos obtidos em negociações com fornecedores.

Resultado operacional antes do resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o resultado operacional antes do resultado financeiro foi de R\$ 84.637 mil, comparado a R\$ 58.105 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, aumento de 45,7%, devido aos fatores descritos acima.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 40.016 mil comparativamente a R\$ 26.016 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 14.000 mil ou 53,8%. Resultado financeiro, líquido representou 8,3% e 6,8% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento significativo no endividamento pela Companhia, para financiar aquisições de frota e equipamentos especiais, como, por exemplo, pela contratação de novos empréstimos e financiamentos ao longo do ano de 2019 e pela emissão de debêntures em novembro de 2019. Cabe ressaltar que, apesar do aumento do endividamento, a Companhia monitora continuamente o perfil com gestão do capital de terceiros e dívida líquida, de modo não comprometer os índices de alavancagem considerado saudável para Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.621 mil comparativamente a R\$ 32.089 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 12.532 mil ou 39,1%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 9,2% e 8,3% da receita líquida nos exercícios findos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos nas linhas acima que resultaram no crescimento do lucro bruto da Companhia, tais como o aumento da receita líquida, compensado parcialmente pelo aumento proporcional dos custos para desempenho das atividades das controladas da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 9.153 mil comparativamente a R\$ 7.074 mil positivo no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$ 16.227 mil ou 229,4%. Esta variação significativa da despesa é atribuída substancialmente à constituição de créditos sobre prejuízos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 35.468 mil comparativamente a R\$ 39.163 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$ 3.695 mil ou -9,4%. Lucro líquido do exercício representou 7,3% e 10,2% da receita líquida dos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	2018 x 2017
Receita líquida	384.516	100,0%	182.071	100,0%	111,2%
Custos dos serviços prestados	(299.867)	-78,0%	(153.405)	-84,3%	95,5%
Lucro bruto	84.649	22,0%	28.666	15,7%	195,3%
Despesas gerais e administrativas	(26.285)	-6,8%	(14.613)	-8,0%	79,9%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	8.249	4,5%	-100,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(259)	-0,1%	(427)	-0,2%	-39,3%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	58.105	15,1%	21.875	12,0%	165,6%
Despesas financeiras	(32.348)	-8,4%	(19.901)	-10,9%	62,5%
Receitas financeiras	6.332	1,6%	1.223	0,7%	417,7%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.089	8,3%	3.197	1,8%	903,7%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(5.037)	-1,3%	(142)	-0,1%	3447,2%
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	12.111	3,1%	2.053	1,1%	489,9%
Lucro líquido do exercício	39.163	10,2%	5.108	2,8%	666,7%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 384.516 mil comparativamente a R\$ 182.071 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 202.445 mil ou 111,2%. Este aumento é atribuído substancialmente:

- (i) no segmento *Response*, principalmente, à consolidação integral das operações da Emergência Participações, o que resultou em um acréscimo de receita no montante de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

158.206 mil. Não havia receita líquida aferida nesse segmento em 2017, ao passo que em 2018, a receita líquida foi de R\$ 158.206 mil; e

(ii) no segmento *Environment*, principalmente, ao crescimento de 24,3% em 2018 em comparação a 2017 devido à celebração de novos contratos de gestão de total de resíduos em plantas industriais e coleta de resíduos automotivos, aumentando a geração de receita no âmbito das atividades das controladas da Companhia. A receita líquida do segmento passou de R\$ 182.071 mil em 2017 para R\$ 226.310 mil em 2018.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 2018, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 299.867 mil, uma elevação de 95,5% em comparação ao mesmo período de 2017, devido ao aumento dos custos diretos das operações desenvolvidas pelas controladas da Companhia, como, por exemplo, custos com pessoal, manutenção e combustíveis, devido à maior atividade de tais controladas e, conseqüentemente, maior custo e investimento, além da consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial. Para maiores informações sobre a consolidação, vide item 10.3 deste Formulário de Referência.

Lucro Bruto

Em decorrência do exposto acima, lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 84.649 mil comparativamente a R\$ 28.666 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 55.983 mil ou 195,3%, a variação de R\$ 53.382 mil refere-se, principalmente, (i) à consolidação do lucro da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial e (ii) ao crescimento da operação do segmento *Environment*. O Lucro bruto representou 22,0% e 15,7% da receita líquida no exercício social encerrado em 2018 e 2017, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 26.285 mil comparativamente a R\$ 14.613 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 11.672 mil ou 79,9%. O aumento de R\$ 13.617 mil refere-se, principalmente, à consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial, parcialmente compensado pela redução das despesas gerais e administrativas no segmento *Environment*, devido à redução do quadro administrativo, com ganho de sinergias decorrente da integração da administração da Emergência – recém consolidada – com a administração das empresas que compunham o segmento *Environment*. As Despesas gerais e administrativas representaram 6,8% e 8,0% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A despesa operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 259 mil, comparada a uma despesa de R\$ 427 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, diminuição de 39,3%, devido, principalmente, à diminuição das receitas não

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

operacionais – isto é – não relacionadas ao segmento principal de atuação – das controladas da Companhia, como, por exemplo, descontos obtidos em negociações com fornecedores.

Resultado operacional antes do resultado financeiro

Em decorrência do exposto acima, o resultado operacional antes do resultado financeiro aumentou 165,6% em 2018 comparado a 2017, passando de R\$ 21.875 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 58.105 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 26.016 mil comparativamente a R\$ 18.678 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 7.338 mil ou 39,3%. A variação de R\$ 6.346 mil refere-se à consolidação da Emergência Participações que, antes, era contabilizada pelo método da equivalência patrimonial e o restante deve-se ao aumento do capital de terceiros na Companhia, isto é, a um maior nível de endividamento para financiar as aquisições de sociedades do segmento Response. Resultado financeiro, líquido representou 6,8% e 10,3% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 32.089 mil comparativamente a R\$ 3.197 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 28.892 mil ou 903,7%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 8,3% e 1,8% da receita líquida nos exercícios findos em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos acima.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de crédito R\$ 7.074 mil comparativamente a de R\$ 1.911 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 5.163 mil. Esta variação significativa da despesa é atribuída substancialmente à constituição de créditos sobre prejuízos fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência do exposto acima, lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 39.163 mil comparativamente a R\$ 5.108 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 34.055 mil ou 666,7%. Lucro líquido do exercício representou 10,2% e 2,8% da receita líquida dos exercícios findos em 2018 e 2017, respectivamente.

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Ativo					
Circulante	866.279	52,7%	226.971	36,5%	281,7%
Caixa e equivalentes de caixa	591.608	36,0%	77.639	12,5%	662,0%
Contas a receber	217.917	13,3%	116.508	18,7%	87,0%
Impostos a recuperar	22.687	1,4%	16.311	2,6%	39,1%
Despesas antecipadas	6.692	0,4%	0	0,0%	
Outras contas a receber	27.375	1,7%	16.513	2,7%	65,8%
Não Circulante	777.882	47,3%	395.651	63,5%	96,6%
Contas a receber	4.489	0,3%	5.183	0,8%	-13,4%
Impostos a recuperar	4.202	0,3%	12.558	2,0%	-66,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.999	0,8%	15.171	2,4%	-14,3%
Depósitos judiciais	2.463	0,1%	5.519	0,9%	-55,4%
Outras contas a receber	5.094	0,3%	4.130	0,7%	23,3%
Imobilizado	356.514	21,7%	208.314	33,5%	71,1%
Intangível	392.121	23,8%	144.776	23,3%	170,8%
Total do ativo	1.644.161	100,0%	622.622	100,0%	164,1%
Passivo					
Circulante	165.649	10,1%	132.566	21,3%	25,0%
Empréstimos e financiamentos	44.876	2,7%	70.520	11,3%	-36,4%
Debêntures	0	0,0%	1.745	0,3%	-100,0%
Fornecedores	17.803	1,1%	20.714	3,3%	-14,1%
Salários e encargos sociais a pagar	26.797	1,6%	19.650	3,2%	36,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a recolher	18.812	1,1%	13.243	2,1%	42,1%
Dividendos a pagar	10.646	0,6%	0	0,0%	100,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	38.467	2,3%	0	0,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil	7.645	0,5%	4.129	0,7%	85,2%
Outras contas a pagar	603	0,0%	2.565	0,4%	-76,5%
Não Circulante	252.762	15,4%	281.059	45,1%	-10,1%
Empréstimos e financiamentos	162.260	9,9%	145.595	23,4%	11,4%
Debêntures	0	0,0%	102.822	16,5%	-100,0%
Partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	100,0%
Provisão para contingências	2.579	0,2%	7.432	1,2%	-65,3%
Provisão para perdas com investimentos	0	0,0%	0	0,0%	
Impostos a recolher	13.995	0,9%	3.409	0,5%	310,5%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.000	0,1%	15.219	2,4%	-86,9%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	51.257	3,1%	0	0,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil	20.671	1,3%	4.647	0,7%	344,8%
Outras Contas a Pagar	0	0,0%	1.935	0,3%	-100,0%
Patrimônio Líquido	1.225.750	74,6%	208.997	33,6%	486,5%
Capital social	1.151.602	70,0%	69.202	11,1%	1564,1%
Gastos a emissão de ações	-107.937	-6,6%	0	0,0%	100,0%
Reserva de Lucros	157.857	9,6%	125.779	20,2%	25,5%
Transações de Capital	-10.520	-0,6%	0	0,0%	100,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	0	0,0%	984	0,2%	-100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ajuste acumulado de conversão	10.776	0,7%	-800	-0,1%	-1447,0%
Atribuível ao controlador	1.201.778	73,1%	195.165	31,3%	515,8%
Participação dos acionistas não controladores	23.972	1,5%	13.832	2,2%	73,3%
Total do passivo e Patrimônio líquido	1.644.161	100,0%	622.622	100,0%	164,1%

ATIVO***Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 513.969 mil, ou 662,0%, passando de R\$ 77.639 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 591.608 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é decorrente, principalmente, dos recursos oriundos do IPO (oferta inicial de ações).

Contas a receber (Curto e longo prazo)

As contas a receber aumentaram em R\$ 111.577 mil, ou 80,7% passando de R\$ 138.204 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 249.781 em 31 de dezembro de 2020, derivado principalmente do crescimento da Companhia e aumento no prazo médio dos recebimentos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas aumentaram em R\$ 6.692 mil, ou 100,0%, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, principalmente, devido aos desembolsos realizados antecipadamente, no segmento Response, para suporte de eventuais gastos na operação emergencial.

Imobilizado

O imobilizado aumentou em R\$ 148.200 mil, ou 71,1% passando de R\$ 208.314 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 356.514 mil em 31 de dezembro de 2020. A variação é relacionada principalmente à expansão de frotas e equipamentos especiais.

Intangível

O intangível aumentou em R\$ 247.345 mil, ou 170,8% passando de R\$ 144.776 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 392.121 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento se deve, principalmente, ao ágio pago nas aquisições efetuadas ao longo de 2020.

PASSIVO***Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)***

O saldo de empréstimos e financiamentos reduziu R\$ 8.979 mil, ou 4,2%, passando de R\$ 216.115 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 207.136 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em função da liquidação antecipada das operações de capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Debêntures (Curto e longo prazo)***

O saldo de debêntures diminuiu R\$ 104.567 mil, passando de R\$ 104.567 mil em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020, devido a liquidação antecipada das debêntures.

Obrigações por conta de aquisição de investimento (Curto e longo prazo)

O saldo de obrigações por conta de aquisição de investimento aumentou R\$ 89.724 mil, passando de zero em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 89.724 em 31 de dezembro de 2020, oriundo dos compromissos assumidos com os vendedores das empresas adquiridas.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 1.225.750 mil, em comparação com R\$ 208.997 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 1.016.753 mil ou 486,5%, refere-se principalmente ao IPO (oferta inicial de ações).

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Ativo					
Circulante	226.260	36,3%	145.409	31,8%	55,6%
Caixa e equivalentes de caixa	77.639	12,5%	21.834	4,8%	255,6%
Contas a receber	115.797	18,6%	92.405	20,2%	25,3%
Impostos a recuperar	16.311	2,6%	15.607	3,4%	4,5%
Dividendos a receber	-	0,0%	425	0,1%	-100,0%
Despesas antecipadas					
Outras contas a receber	16.513	2,7%	15.138	3,3%	9,1%
Não Circulante	396.362	63,7%	311.883	68,2%	27,1%
Partes relacionadas	711	0,1%	549	0,1%	29,5%
Contas a receber	5.183	0,8%	6.218	1,4%	-16,6%
Impostos a recuperar	12.558	2,0%	20.310	4,4%	-38,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.171	2,4%	14.060	3,1%	7,9%
Depósitos judiciais	5.519	0,9%	4.426	1,0%	24,7%
Outras contas a receber	4.130	0,7%	797	0,2%	418,2%
Investimentos em controladas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	208.314	33,5%	140.956	30,8%	47,8%
Intangível	144.776	23,3%	124.567	27,2%	16,2%
Total do ativo	622.622	100,0%	457.292	100,0%	36,2%
Passivo					
Circulante	131.369	21,1%	126.587	27,7%	3,8%
Empréstimos e financiamentos	70.520	11,3%	69.631	15,2%	1,3%
Debêntures	1.745	0,3%	1.247	0,3%	39,9%
Fornecedores	19.517	3,1%	20.154	4,4%	-3,2%
Salários e encargos sociais a pagar	19.650	3,2%	16.282	3,6%	20,7%
Impostos a recolher	13.243	2,1%	17.976	3,9%	-26,3%
Dividendos a pagar	-	0,0%	476	0,1%	-100,0%
Obrigações por conta de aquisição de investimento	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	6.694	1,1%	821	0,2%	715,3%
Não Circulante	282.256	45,3%	149.120	32,6%	89,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos	145.595	23,4%	122.718	26,8%	18,6%
Debêntures	102.822	16,5%	7.514	1,6%	1268,4%
Partes relacionadas	1.197	0,2%	241	0,1%	396,7%
Provisão para contingências	7.432	1,2%	4.605	1,0%	61,4%
Provisão para perdas com investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Impostos a recolher	15.219	2,4%	8.394	1,8%	81,3%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.409	0,5%	2.124	0,5%	60,5%
Outras contas a pagar e provisões diversas	6.582	1,1%	3.524	0,8%	86,8%
Patrimônio Líquido	208.997	33,6%	181.585	39,7%	15,1%
Capital social	69.202	11,1%	67.192	14,7%	3,0%
Reserva de Lucros	125.779	20,2%	102.805	22,5%	22,3%
Ajuste de avaliação patrimonial	984	0,2%	-	0,0%	0,0%
Ajuste acumulado de conversão	(800)	-0,1%	975	0,2%	-182,1%
Atribuível ao controlador	195.165	31,3%	170.972	37,4%	14,2%
Participação dos acionistas não controladores	13.832	2,2%	10.613	2,3%	30,3%
Total do passivo e Patrimônio líquido	622.622	100,0%	457.295	100,0%	36,2%

ATIVO***Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalente de caixa da Companhia aumentaram em R\$ 55.805 mil passando de R\$ 21.834 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 77.639 mil em 31 de dezembro de 2019. O saldo final do caixa e equivalente de caixa é decorrente das captações efetivadas no período, parcialmente compensado por uma utilização do fluxo de caixa nas atividades de investimentos.

Contas a receber

As contas a receber aumentaram em R\$ 23.392 mil, ou 25,3% passando de R\$ 92.405 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 115.797 mil em 31 de dezembro de 2019, derivado especialmente do aumento das receitas operacionais, e aumento no prazo médio de recebimento.

Imobilizado

O imobilizado aumentou em R\$ 67.358 mil, ou 47,8% passando de R\$ 140.956 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 208.314 mil em 31 de dezembro de 2019. A variação é relacionada principalmente à expansão e renovação das frotas e equipamentos especiais.

Intangível

O intangível aumentou em R\$ 20.209 mil, ou 16,2% passando de R\$ 124.567 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 144.776 mil em 31 de dezembro de 2019. A variação é relacionada, principalmente, ao ágio pago na aquisição da controlada ATMO e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

PASSIVO***Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)***

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 23.766 mil, ou 12,4%, passando de R\$ 192.349 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 216.115 mil em 31 de dezembro 2019. Esse aumento ocorreu em função das novas captações para renovação de frotas no período.

Debêntures (Curto e longo prazo)

O saldo de debêntures aumentou R\$ 95.806 mil, passando de R\$ 8.761 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 104.567 mil em 31 de dezembro 2019. Esse aumento ocorreu em função de nova emissão, no valor de R\$ 100.000 mil, com prazo de 5 anos, sendo 24 meses de carência e 36 meses para pagamento do principal.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 208.997 mil, em comparação com R\$ 181.585 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$ 27.412 mil ou 15,1%, refere-se substancialmente ao lucro do período.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	2018 x 2017
Ativo					
Circulante	145.409	31,8%	61.903	22,2%	134,9%
Caixa e equivalentes de caixa	21.834	4,8%	27.205	9,8%	-19,7%
Contas a receber	92.405	20,2%	22.141	8,0%	317,3%
Impostos a recuperar	15.607	3,4%	7.279	2,6%	114,4%
Dividendos a receber	425	0,1%	-	0,0%	100,0%
Despesas antecipadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras contas a receber	15.138	3,3%	5.278	1,9%	186,8%
Não Circulante	311.883	68,2%	216.332	77,8%	44,2%
Partes relacionadas	549	0,1%	-	0,0%	100,0%
Contas a receber	6.218	1,4%	5.369	1,9%	15,8%
Impostos a recuperar	20.310	4,4%	8.915	3,2%	127,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.060	3,1%	1.520	0,5%	825,0%
Depósitos judiciais	4.426	1,0%	4.345	1,6%	1,9%
Outras contas a receber	797	0,2%	-	0,0%	100,0%
Investimentos em controladas	-	0,0%	18.393	6,6%	-100,0%
Imobilizado	140.956	30,8%	116.578	41,9%	20,9%
Intangível	124.567	27,2%	61.212	22,0%	103,5%
Total do ativo	457.292	100,0%	278.235	100,0%	64,4%
Passivo					
Circulante	126.587	27,7%	56.715	20,4%	123,2%
Empréstimos e financiamentos	69.631	15,2%	38.776	13,9%	79,6%
Debêntures	1.247	0,3%	-	0,0%	100,0%
Fornecedores	20.154	4,4%	4.599	1,7%	338,2%
Salários e encargos sociais a pagar	16.282	3,6%	8.289	3,0%	96,4%
Impostos a recolher	17.976	3,9%	3.169	1,1%	467,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos a pagar	476	0,1%	476	0,2%	0,0%
Outras contas a pagar	821	0,2%	1.406	0,5%	-41,6%
Não Circulante	149.120	32,6%	81.526	29,3%	82,9%
Empréstimos e financiamentos	122.718	26,8%	60.726	21,8%	102,1%
Debêntures	7.514	1,6%	8.817	3,2%	-14,8%
Impostos a recolher	8.394	1,8%	5.063	1,8%	65,8%
Partes Relacionadas	241	0,1%	2.948	1,1%	-91,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.124	0,5%	-	0,0%	100,0%
Provisão para contingências	4.605	1,0%	3.235	1,2%	42,3%
Outras contas a pagar e provisões diversas	3.524	0,8%	737	0,3%	378,2%
Patrimônio Líquido	181.585	39,7%	139.994	50,3%	29,7%
Capital social	67.192	14,7%	67.192	24,1%	0,0%
Reserva de Lucros	102.805	22,5%	71.896	25,8%	43,0%
Ajuste acumulado de conversão	975	0,2%	901	0,3%	8,2%
Atribuível ao controlador	170.972	37,4%	139.989	50,3%	22,1%
Participação dos acionistas não controladores	10.613	2,3%	5	0,0%	212.160,0%
Total do passivo e Patrimônio líquido	457.292	100,0%	278.235	100,0%	64,4%

ATIVO***Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalente de caixa da Companhia reduziu em R\$ 5.371 mil passando de R\$ 27.205 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 21.834 mil em 31 de dezembro de 2018. Consumido substancialmente nas atividades de investimentos.

Contas a receber

As contas a receber aumentaram em R\$ 70.264 mil, ou 317,3% passando de R\$ 22.141 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 92.405 mil em 31 de dezembro de 2018, derivado especialmente do aumento das receitas operacionais, e aquisição do controle da Emergência Participações.

Imobilizado

O imobilizado aumentou em R\$ 24.378 mil, ou 20,9% passando de R\$ 116.578 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 140.956 mil em 31 de dezembro de 2018. A variação é relacionada, principalmente, à expansão e renovação das frotas e equipamentos especiais.

Intangível

O intangível aumentou em R\$ 63.355 mil, ou 103,5% passando de R\$ 61.212 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 124.567 mil em 31 de dezembro de 2018. A variação é relacionada, principalmente, ao ágio pago na aquisição da controlada WGRA e Emergência Participações e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Investimentos em controladas***

O investimento em controladas reduziu a zero de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018. A variação é devido à aquisição de controle da Emergência Participações em 2018, passando a Companhia a consolidar seus resultados.

PASSIVO***Empréstimos e financiamentos (Curto e longo prazo)***

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$ 92.847 mil, ou 93,3%, passando de R\$ 99.502 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 192.349 mil em 31 de dezembro 2018. Esse aumento ocorreu em função das novas captações para renovação de frotas e aquisição das companhias no segmento Response.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 181.585 mil, em comparação com R\$ 139.994 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta variação, de R\$ 41.591 mil ou 29,7%, refere-se substancialmente ao lucro do período.

FLUXO DE CAIXA**PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020 x 31/03/2019
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(3.080)	13.862	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.438)	(21.928)	70,6%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.084	960	12,9%
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(8.434)	(7.106)	

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 3.080 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a geração de R\$ 13.862 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019. Esse consumo de R\$ 16.942 mil, ou 122,1%, é justificado substancialmente pelo: (i) aumento no prazo médio de recebimento do contas a receber, devido à negociação, mediante solicitação dos clientes da Companhia; e (ii) aumento de pagamento aos fornecedores, devido à negociação e estratégia da gestão do caixa operacional.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 6.438 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado a R\$ 21.928 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, essa redução de 70,6% é atribuída, principalmente, ao menor dispêndio de caixa na aquisição de bens do ativo imobilizado intangível no período findo em 31

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de março de 2020, quando concluímos a aquisição da Allied Internacional Emergency, LLC, no Texas, Estados Unidos.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 1.084 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 960 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2019, mantendo-se, praticamente, estável, devido a um pequeno aumento de novos empréstimos e financiamentos e, em contraparte, uma pequena redução de pagamentos de empréstimos e financiamentos.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	31/12/2018	2019 x 2018
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	72.999	45.574	60,2%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(78.421)	(87.107)	(10,0)%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	61.227	36.162	69,3%
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	55.805	(5.371)	

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 72.999 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 45.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 27.425 mil, ou 60,2%, é justificado substancialmente pelo aumento na geração operacional de caixa, devido (i) ao maior número de contratos celebrados pelas controladas da Companhia com clientes nos segmentos Environment e Response e (ii) ao aumento do número de bases no segmento Response.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 78.421 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 87.107 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de 10,0% é justificada principalmente pelo menor volume de aquisições realizadas em 2019 quando comparado a 2018 (ano no qual foram adquiridas participações em sociedades que atuam no segmento Response). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve um dispêndio principalmente com a expansão e renovação das frotas (caminhões, viaturas) e equipamentos especiais (aumento do número e adequação das bases), ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o dispêndio foi substancialmente pelas aquisições de participação societária descritas acima no segmento Response.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 61.227 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 36.162 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$ 25.065 mil,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ou 69,3%, é justificado substancialmente pela primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, parcialmente compensado pelo pagamento concomitante de empréstimos e financiamentos (cédulas de crédito bancário), no âmbito do reperfilamento da dívida da Companhia.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2018	31/12/2017	2018 x 2017
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	45.574	12.491	264,9%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(87.107)	(399)	(21.731,3)%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	36.162	3.348	980,1%
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.371)	15.440	

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 45.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 12.491 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$ 33.083 mil, ou 264,9%, é justificado, substancialmente, pelo aumento na geração operacional de caixa, devido (i) ao maior número de contratos celebrados pelas controladas da Companhia com clientes nos segmentos Environment e Response e (ii) ao aumento do número de bases no segmento Response. Adicionalmente, em 2018, houve a aquisição de controle da Emergência Participações em 2018, passando a Companhia a consolidar seus resultados.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 87.107 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 399 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação de 21.731,3% é justificada pelo maior número de aquisições de participações societárias em empresas que atuam no segmento Response, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado a 2017.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 36.162 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 3.348 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$ 32.814 mil, ou 980,1%, é justificado substancialmente pela captação de empréstimos e financiamentos (cédulas de crédito bancário) para suportar as aquisições de participação societárias.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****(a) Resultados das operações do emissor****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Os principais componentes da receita consolidada da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, estão descritos abaixo:

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviços	800.407	556.517	447.939
Cancelamentos	(7.001)	(3.123)	(2.431)
Impostos incidentes	(91.794)	(69.009)	(60.992)
Receita operacional líquida	701.612	484.385	384.516

- **Receita Bruta de Prestação de Serviços:** Consiste na receita advinda da prestação de serviços pelas controladas da Companhia nos segmentos de Environment e Response.
- **Cancelamentos:** Consiste no cancelamento de notas fiscais pela Companhia após o período da prestação de serviços, motivado, principalmente, por faturamento fora do prazo, de acordo com as políticas internas do cliente.
- **Impostos Incidentes:** Consiste nos impostos aplicáveis ao valor devido pela prestação de serviços das controladas da Companhia.

Adicionalmente, a receita bruta de prestação de serviços da Companhia é composta da receita bruta de prestação de serviços do segmento Response e a receita bruta de prestação de serviços do segmento Environment, conforme descrito abaixo:

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviços - Segmento Response	408.963	259.695	187.376
Receita bruta de prestação de serviços - Segmento Environment	391.444	296.822	260.563
Receita bruta de prestação de serviços	800.407	556.517	447.939

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Uma vez que a Companhia exerce a maior parte das suas atividades no Brasil, os seus resultados operacionais, fluxo de caixa e condição financeira, assim como os resultados operacionais, fluxo de caixa e condição financeira de seus clientes, podem ser afetados por condições econômicas gerais que ocorrem no Brasil.

O principal fator que afeta o resultado da Companhia são os índices de inflação atrelado ao preço dos insumos e de recomposição salarial da categoria, afetando diretamente os custos diretos na

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

prestação dos serviços. Além disso, como parte de nossas atividades é desenvolvida no exterior, somos afetados pela variação cambial do dólar, peso chileno e da libra esterlina.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia estão sujeitas a reajustes anuais conforme variação dos índices de inflação para manter o equilíbrio das condições econômicas financeiras de seus contratos.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Algumas categorias de custos e insumos estão sujeitas a variação de preços, como, por exemplo, mão-de-obra, combustível, equipamentos e materiais diversos aplicados na operação, embora não seja possível quantificar seus impactos no resultado da Companhia.

Não houve, em decorrência da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros, impacto no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia entre 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Em janeiro de 2018, a Companhia adquiriu complementarmente 49% da participação da Emergência Participações, passando a ser a controladora dos negócios e operações da Emergência no Brasil e no exterior. Para melhor análise das variações do ano de 2018 com relação ao ano de 2017, apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros do investimento relevante na controlada Emergência Participações e suas controladas em 2017:

<i>(em R\$ mil)</i>	Consolidado Emergência
Valor total do ativo	93.704
Valor total do passivo	48.009
Valor do Patrimônio Líquido atribuível ao controlador	36.068
Valor do Patrimônio Líquido atribuível ao não controlador	10.308
Receita líquida de vendas e serviços nacionais	168.824
Custos e despesas	(133.331)
Receitas financeiras	911
Despesas financeiras	(4.929)
Depreciações e amortizações	(5.618)
Outras receitas operacionais líquidas	422
Equivalência patrimonial	(1.226)
Despesa ou receita com impostos de renda e contribuição social	(9.606)
Lucro operacional	34.689

Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa relevante.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Além das aquisições/alienações de participação societária descritas nos itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência, não há outras operações desse tipo que tenham tido efeitos relevantes para a Companhia. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****Adoção inicial da IFRS 16/CPC 06(R2)**

A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo.

Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo simplificado conforme facultado pela norma.

IFRIC 23/ICPC 22

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a Companhia deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames, e concluiu que não há impactos significativos.

Outros pronunciamentos e interpretações

Além das alterações das práticas contábeis descritas acima, não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

Valor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(em R\$ mil)	
Total ativo não circulante	6.030
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento	2.276
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(120)
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	5.121
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(1.247)
Total passivo	6.030

(c) **Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas ou ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Diretoria da Companhia elabora suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Contudo, é necessário a aplicação de estimativas contábeis críticas e julgamentos da Diretoria da Companhia no processo de adoção dessas práticas. Dessa forma, evidenciamos a seguir as premissas que podem ser afetadas por tais estimativas.

Uso de estimativas contábeis e julgamento

A elaboração de informações contábeis intermediárias e demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, Perda Estimada para Créditos Duvidosos, Provisão para urbanização de aterro, Imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que impacta a determinação dos valores das linhas ativos imobilizados e intangíveis, Perda Estimada para Créditos Duvidosos, Provisão para urbanização de aterro, Imposto de Renda e provisão para contingências, e pode ser revista, caso a estimativa seja questionada ou outra estimativa seja considerada mais adequada.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que há o reconhecimento da perda por imparidade ao resultado.

Investimentos em controladas

Os investimentos mantidos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável.

As demonstrações contábeis dos investimentos no exterior são convertidas para as mesmas práticas contábeis e moeda de apresentação da Companhia. Os ajustes de moeda são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

classificados na rubrica "Ajuste acumulado de conversão – patrimônio líquido". A realização ocorre quando a baixa, alienação, recebimento de dividendos desses investimentos.

Essa política contábil crítica pode impactar as demonstrações financeiras da Companhia na medida em que a Companhia consolida o resultado líquido das participações societárias detidas em empresas do grupo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Item não aplicável, uma vez que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Item não aplicável, uma vez que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável, uma vez que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2020 o intangível variou R\$ 247.345 mil, derivado principalmente de ágio das aquisições e foram investidos R\$249.702 mil em R\$ 209.591 mil em adições ao imobilizado sendo a maioria para veículos, máquinas e equipamentos devido aos novos contratos de prestação de serviço de Environment e expansão das bases de Response. .

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com duas fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia e (ii) mercado de capitais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não havia adquirido plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que fossem influenciar materialmente sua capacidade produtiva. Não obstante, a Companhia e suas controladas investem constantemente em Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento, bem como em estudos e atualizações em novas tecnologias, uma vez que acredita que tais investimentos sejam capazes de alavancar os negócios da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços:

A Companhia trabalhado para ampliar o seu portfólio de serviço e tem desenvolvido, no âmbito de seu projeto de investimento em pesquisa, inovação e desenvolvimento, alguns produtos desenvolvidos na valorização de resíduos, dentre os quais destacam-se: (i) Ecosolo – condicionador de solo; e (ii) Ecobase – artefatos cimentícios.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de produtos relacionados à valorização de resíduos, conforme descrito acima.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Nos últimos 3 anos, houve o investimento de aproximadamente 1% da receita líquida do segmento Environment para desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Desenvolvimento de produtos relacionados à valorização de resíduos, conforme descrito acima.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Nos últimos 3 anos houve o investimento de aproximadamente 1% da receita líquida do segmento Environment.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável, tendo em vista que não há relevância nas despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.